

# Caderno Especial

## Abag

### Associação Brasileira de Agribusiness

## Propostas do Agronegócio para o Próximo Presidente da República

Dotação Orçamentária do MAPA  
Crédito e Endividamento Rural  
Seguro Rural  
Tributação  
Parceria Público-Privada e Custo Brasil  
Segurança Fundiária  
Marketing e Venda de Produtos  
Contratos nas Cadeias Produtivas  
Negociação Internacional  
Normas e Certificações  
Sustentabilidade  
Defesa Sanitária  
Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação  
Agroenergia  
Montagem Institucional





## Apresentação

# Bases para o futuro

CARLO LOVATELLI  
Presidente da Abag

A Abag trará para discussão no seu 5º Congresso Brasileiro de Agribusiness **“Bases para o Futuro”**, a ser realizado nos dias 01 e 02 de agosto de 2006, o documento **Propostas do Agronegócio para o Próximo Presidente da República**, uma verdadeira agenda para o desenvolvimento do agronegócio brasileiro.

A exemplo dos procedimentos adotados nas três últimas eleições presidenciais, de 1994, 1998 e 2002, a iniciativa visa buscar o comprometimento dos candidatos para a solução dos principais fatores que afetam a competitividade do setor.

Os principais pontos foram levantados e discutidos com lideranças e representantes das mais diversas entidades de representação classista, durante o V Fórum ABAG, realizado em março p.p., aos quais agradecemos pelas sugestões e contribuições apresentadas.

A versão final do documento, após complementação e aprovação em plenária no V CBA, para o qual convidamos todos os interessados, será encaminhada aos candidatos, como proposta para a composição de seus respectivos planos de governo para o setor do agronegócio.

## Propostas do Agronegócio para o Próximo Presidente da República

**A** Abag, no intuito de apresentar os pleitos do agronegócio para o próximo mandato presidencial (2007 a 2010), elaborou um documento composto de três partes.

Na primeira parte, o cenário de oportunidades a médio e longo prazos, diante das projeções (até 2015) realizadas pela FAO/OCDE para a produção de grãos, carnes e agricultura energética.

Na segunda parte, o horizonte de curto prazo, com base no movimento cíclico da produção de grãos. Uma análise da reversão no quadro de crescimento do período de 1999 a 2004, ante uma fase de retração em 2005 e 2006.

Na terceira parte foram destacados os principais fatores que afetam a competitividade do agronegócio nacional, muitos dos quais recorrentes, com comentários e sugestões de medidas. As propostas foram construídas com o máximo consenso possível entre os grupos de representação do setor, e foram classificadas em 15 temas:

1. Dotação Orçamentária do MAPA
2. Crédito e Endividamento Rural
3. Seguro Rural
4. Tributação
5. Parceria Público Privada e Custo Brasil
6. Segurança Fundiária
7. Marketing e Venda de Produtos
8. Contratos nas Cadeias Produtivas
9. Negociação Internacional
10. Normas e Certificações
11. Sustentabilidade
12. Defesa Sanitária
13. Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação
14. Agroenergia
15. Montagem Institucional

### Cenário de oportunidades

O relatório sobre as perspectivas agrícolas mundiais para o período de 2005

a 2015, elaborado conjuntamente pela primeira vez pela Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico – OCDE e pela Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação – FAO, traz informações indispensáveis para a análise do agronegócio brasileiro e mundial.

O estudo mostra a influência do Brasil e de outros países pujantes no agronegócio na evolução das agroexportações. Um tênue choque na demanda de alimentos na China e Índia provocará ajustes externos não negligenciáveis.

A produção agrícola global deverá crescer no cenário 2010, o equivalente a uma safra brasileira de grãos, e no cenário 2015, duas safras. Nas carnes, nestes mesmos cenários, uma e duas vezes, respectivamente, o volume da produção corrente nacional.

O trabalho aponta o Brasil como o maior ganhador entre as nações agrícolas exportadoras nos próximos dez anos, deixando para trás, por exemplo, os Estados Unidos no comércio mundial de oleaginosas, e a Austrália, no comércio de carne bovina.

Na agricultura energética, cada país sai na corrida do desenvolvimento de combustíveis limpos e renováveis, diante da escalada de preços e dos sinais evidentes de esgotamento das principais fontes supridoras de petróleo. O sucesso do Proálcool e a aceitação pelo consumidor do

### Cadeia sucroalcooleira: expansão no cenário de 2010

Alcool	11 bilhões de litros
Açúcar	9 milhões de toneladas
Área cultivada	2,3 milhões de hectares
Capacidade de moagem	800 mil toneladas por dia
Empregos	300 mil
Investimentos em campo e máquinas	US\$ 1 bilhão
Investimentos em fábrica	US\$ 2 bilhões
Exportação	US\$ 3 bilhões

Fonte: UNICA, 2005

carro *flex fuel* servem de esperança para que o mesmo suceda com outros biocombustíveis.

Essa oportunidade externa, inédita na história do agronegócio nacional, necessita que um novo modelo estrutural e organizacional seja construído entre o governo e a iniciativa privada. Uma tarefa de superação de barreiras, com a quebra de paradigmas atávicos e arraigados na forma de pensar e agir dos tomadores de decisão, de ambas as partes do setor.

Em ano de eleição à Presidência da República e ao Congresso Nacional, paira no ar a questão: **como o Brasil deve se preparar para aproveitar as oportunidades que o mercado internacional lhe proporciona?**

Gerar massa crítica, com foco na vocação histórica do País, enquanto celeiro

### Produção mundial [milhões de toneladas]

Produto	2004/05 [a]	2010/11 [b]	2014/15 [c]	[b-a]	[c-a]
Cereais	2.032,1	2.137,9	2.262,8	105,8	230,7
Oleaginosas	283,2	313,0	342,4	29,8	59,2
Carnes	242,8	271,5	291,6	28,7	48,8

Fonte: OCDE/FAO, junho/2005

de alimentos, e agora, como produtor de combustível a partir da biomassa.

A agropecuária é uma atividade à mercê de movimentos cíclicos por uma série de fatores conjunturais (produção, demanda, clima, pragas e doenças, preço, política econômica e agrícola etc.) e estruturais (tecnologia, gestão etc.).

**Logo, como planejar estratégias básicas para que o setor cresça e se desenvolva de forma sustentável, a médio e longo prazos?**

O avanço será conceber um modelo que aprimore a administração do setor. A produção rural requer medidas de apoio para suportar o impacto das forças fortuitas. Não existe país no mundo com produção primária expressiva, que apresente um nível de suporte tão baixo como o do Brasil, segundo as análises da OCDE.

A vitalidade do agronegócio depende de estratégias públicas e privadas articuladas. O choque de privatização é sempre necessário, mas não suficiente. Os recursos devem ser alocados e aplicados com extrema racionalidade. Existem áreas que podem andar com as próprias pernas, diante de um mínimo gasto oficial, mas há outras em situações opostas.

### Antecedentes próximos

Desde 1998, embalado por um conjunto de eventos favoráveis e sucessivos, o agronegócio cresceu muito, principalmente em sua orientação para o mercado externo. **Esse caminho é irreversível e prosseguirá em curso.** Os investimentos expandiram a área plantada em quase um terço, enquanto as exportações praticamente dobraram. É a roda da fortuna da economia brasileira.

Embora as cadeias das chamadas 4 C's (café, cana-de-açúcar, citrus e celulose) experimentem uma conjuntura mais favorável, na comercialização da safra 2004/05 a crise se instala, em especial no segmento de cereais e oleaginosas.

Esse contexto era previsível, diante do grau elevado de endividamento dos produtores, da ausência de seguro rural e da escassez de recursos para garantir renda e liquidez na comercialização. As taxas de

juros e do câmbio também são algozes desse processo, além dos subsídios concedidos pelos países desenvolvidos aos seus produtores, e da queda dos preços internacionais das *commodities* agrícolas.

Para tornar o ambiente mais turbulento, apareceram no segundo semestre de 2005 novos registros de febre aftosa no Mato Grosso do Sul e Paraná, respectivamente, depois de seis e dez anos consecutivos sem o foco da doença. Com isso, imediatamente afloraram os movimentos de:

2,50. Nesta safra 2005/06, nefastamente prevaleceu essa assimetria. O dólar, na fase de plantio a R\$ 2,40, tem cotação na colheita em torno de R\$ 2,15. A conta não fecha.

No momento, produtores enfrentam uma situação dramática com o aumento de custo, a queda do câmbio e a depreciação de preços de seus produtos. **A aplicação de medidas anticíclicas poderia ter amenizado o comprometimento da rentabilidade.**

### Antecedentes Próximos

Item	1999 a 2004	2005 e 2006
Área	Forte expansão	Retração
Câmbio	Desvalorizado	Valorizado
Preços	Favoráveis	Desfavoráveis
Doenças	EUA e UE	Brasil
Exportação	Dobra	Cresce
Renda	Cresce	Diminui
Imobilização	Alta	Alta
Dívida	Com liquidez	Sem liquidez

- a) embargo nas exportações;
- b) queda dos preços, principalmente nos territórios destes estados.

A situação difere da dos dois focos constatados em 2004, nos estados do Pará e Amazonas, ambos localizados em circuitos não livres de febre aftosa.

Enquanto isso, com a subida do preço do petróleo no mercado internacional, a agroenergia desponta nas discussões empresariais e governamentais. **É uma área sinérgica à agricultura alimentar**, com maior potencialidade de geração de renda e emprego com o Plano Nacional de Agroenergia e os maciços investimentos na construção de usinas para produção de açúcar, álcool e co-geração de energia.

Se na safra 2004/05, durante a fase de plantio das lavouras, o dólar valia R\$ 3,10, durante a colheita ficou em R\$

### Propostas de medidas

Responsável direto pelo saldo positivo registrado na balança comercial, e produtor de alimentos baratos que seguram a inflação, a agropecuária demanda recursos em quantidade e custos compatíveis com as peculiaridades do setor. O câmbio valorizado compromete o retorno do capital investido na atividade produtiva. Desamparado do seguro rural, os produtores sofreram perdas irreparáveis com as estiagens de 2005.

Se a área de produção de cereais e oleaginosas diminuiu na safra 2005/06, o quadro provavelmente se repetirá na safra 2006/07. Isso poderá afetar o abastecimento e pressionar a inflação nos exercícios de 2007 e 2008. Em contrapartida, a Argentina e os EUA ampliam as áreas com as lavouras.

## Nos próximos anos, de qual setor o País dispõe para dar pronta resposta e fazer a sua inserção na economia global e competitiva?

O objetivo é clarear a visão sobre as alternativas para o agronegócio brasileiro desenvolver forças competitivas e avançar no mercado mundial. Para facilitar a uniformidade do discurso, alguns temas considerados estratégicos foram selecionados e aglutinados.

Determinados assuntos, face suas particularidades e especificidades, devem ser tratados com suas respectivas cadeias produtivas. A seguir, é apresentada uma agenda mínima dos pontos críticos que afetam a competitividade do agronegócio.

## Dotação Orçamentária do MAPA

### *Recursos adequados à magnitude do setor*

#### Contexto

O agronegócio transita entre duas forças: o mercado e o Estado. Como as imperfeições fazem parte do funcionamento do primeiro, o segundo precisa regulamentar para que não haja distanciamento do equilíbrio competitivo.

A qualidade da pressão dos grupos de interesse do agronegócio sobre o Estado mostra pouca eficácia. **A evidência mais marcante é o declínio ao longo do tempo na dotação orçamentária do MAPA: de 3,0% para 0,3% dos recursos da União, nos últimos vinte e cinco anos.**

A tomada de decisão do governo, realizada ao sabor do fluxo de caixa do Tesouro Nacional, é incondicional nos cortes de recursos. No MAPA existem áreas prioritárias que não suportam contingenciamentos, como a sanidade.

**Por sua vez, a renda da agropecuária depende do aporte de recursos para:**

- Operações Oficiais de Crédito (OOC) destinadas à formação de estoques oficiais e ao financiamento de outras operações de venda – os

Prêmios de Escoamento da Produção e de Risco de Opção Privada;

- ii. formação de estoques privados (operações de Empréstimos do Governo Federal - EGF);
- iii. prorrogação de parcelas vencidas dos programas Pesa, Securitização, Pronaf, Proger Rural, Procerá, Prodecir e Fundos Constitucionais;
- iv. ampliação das modalidades do seguro rural.

#### Objetivo

Fazer com que o Estado tenha importante papel como indutor do desenvolvimento na:

- i. formulação e implementação de políticas públicas;
- ii. correção das imperfeições oriundas da desigualdade entre os agentes das cadeias produtivas que atuam no mercado.

A administração federal e a iniciativa privada precisam trabalhar com melhor visão de médio e longo prazos.

#### Estratégia

Os recursos alocados no MAPA devem ser compatíveis com a magnitude do setor na economia nacional: 30% do PIB, 39% das exportações e 37% dos empregos.

O tamanho do Estado na relação com o agronegócio necessita ser revisto para dar mais racionalidade de gastos e evitar duplicidade de funções. Existem áreas passíveis de rearranjos organizacionais que podem constituir um avanço no conceito de liberdade com responsabilidade, para os setores de interesse público.

## Crédito e Endividamento Rural

### *Desatar o nó das negociações*

#### Contexto

A oferta de recursos pelo sistema nacional de crédito rural, a juros mais baixos, não acompanha o aumento da área plantada

e a maior necessidade de capital de giro. A relação entre oferta de crédito e área plantada de grãos caiu de R\$ 3,46/hectare para R\$ 0,98/hectare, da safra 1995/96 para a 2005/06.

A oferta de crédito rural está diretamente vinculada com a adimplência das suas operações. As negociações nos programas de repactuação das dívidas na Securitização, PESA e Recoop comprometem a disponibilidade de recursos.

Segundo a Comissão de Agricultura da Câmara dos Deputados, **o montante da dívida ultrapassa R\$ 30 bilhões e representa mais de dois terços do volume de recursos anunciados no Plano Safra 2005/06.**

#### Objetivo

Garantir a oferta de recursos para o crédito de custeio e investimento em quantidade adequada e no momento certo, face à característica sazonal da agropecuária.

#### Estratégia

Desatar o nó das operações pendentes no crédito rural, **com uma definição sobre o que pode ser resgatado ou considerado perdido, para avaliar os seus impactos na política agrícola**, com a quantificação do volume de recursos gastos na equalização dos juros:

- i. com o Tesouro;
- ii. na caderneta de poupança rural;
- iii. nos programas de investimento da integração lavoura-pecuária.

Entra nesse levantamento o processo em curso das parcelas vencidas em 2005 e 2006 dos programas PESA, Securitização, Pronaf, Proger Rural, Procerá, Prodecir e Fundos Constitucionais, bem como os juros cobrados pelos bancos privados, e não apenas pelos bancos federais e cooperativos.

Para possibilitar novos financiamentos é importante uma reavaliação de ativos apresentados pelos produtores, há anos, como garantias nas operações, de modo a liberar os valores excedentes.

Os montantes das operações da OOC e EGF devem ser suficientes para manter um estoque estratégico, anunciados a

cada Plano Safra e não sujeitos a contingenciamentos.

Os bancos privados e cooperativos ficaram autorizados a:

- i. operar com a carteira de poupança rural, hoje mantida só pelos Bancos do Brasil (BB), do Nordeste (BNB) e da Amazônia (BASA) e pelos cooperativos Bancoob e Bansicredi;
- ii. repassar dinheiro do FAT, hoje realizado por BB, BNB, BASA, BNDES e CEF (a mudança dependerá de lei).

A diminuição da taxa de juros leva ao aumento dos depósitos à vista dos bancos e, por consequência, dos recursos da exigibilidade. É preciso reduzir substancial e rapidamente a taxa de juros vigente no País, uma das maiores do mundo, que penaliza sobremaneira a competitividade das cadeias produtivas, bem como utilizar outras ferramentas de controle das finanças nacionais que desestimulam o ingresso de capital especulativo.

Com juros menores, os custos da nova família de papéis lançados pelo governo também caem. No caso do CDA e WA, cujos títulos são negociados sem haver movimentação e pagamento de mercadoria, cabe definir se o valor, para efeito de recolhimento do ICMS, é o da primeira ou o da última emissão.

Ainda com relação ao crédito, é fundamental estimular o uso de mecanismos operacionais de *hedge*, como os contratos futuros e de opções existentes na Bolsa de Mercadorias & Futuros. Para estimular o uso destas ferramentas uma das sugestões é o uso dos recursos do crédito rural obrigatório dos bancos para financiar os ajustes diários e as margens de garantia aos produtores agropecuários. Com isto, o produtor diminui seu risco e oferece mais segurança ao credor.

**A busca de recursos externos constitui outra alternativa para ser trabalhada pelo governo e pela iniciativa privada.** Uma operação de longo prazo, por exemplo, de quinze anos, em que a garantia seja a entrega física da produção.

Quanto ao câmbio, a sua volatilidade provoca uma série de dificuldades, principalmente quando o Real fica valoriza-

do frente à cesta das principais moedas internacionais. A administração da taxa não pode deixar inadequadas as relações de troca no agronegócio, pois a disparidade com os níveis praticados no comércio internacional desfavorece as exportações, compromete a rentabilidade das operações e amplia o endividamento do setor.

## Seguro Rural

### *Aproximação à agropecuária do primeiro mundo*

#### Contexto

Dois riscos constituem sérios problemas à continuidade da atividade: o de produção e o de preços.

Enquanto o risco de produção deriva de adversidades climáticas e ataques de pragas e doenças, o risco de preço advém da oscilação entre a oferta e a demanda de cada produto.

Se o risco de preço pode ser minimizado por meio de instrumento de mercado futuro e de opções, já existente, para se proteger contra o risco de produção, o País precisa desenvolver um abrangente seguro de produção.

A Lei do Seguro Rural nº 10.823 foi sancionada pela Presidência da República em 19 de dezembro de 2003. Até então o Brasil não tinha nenhum mecanismo para proteger a renda do produtor. Havia apenas o Programa de Garantia da Atividade Agropecuária (PROAGRO), que cobria o crédito de custeio.

A principal distância entre a nossa agropecuária e a dos países desenvolvidos é justamente a falta de garantia de renda.

**Um seguro de produção, e não de crédito.** O novo instrumento de política agrícola brasileira assegura a diferença entre a estimativa do produtor e a colheita efetiva, em caso de frustração de safra.

Regido por lei orçamentária, o atual Fundo de Seguro Rural é definido e esgotado em cada exercício. Em 2005, o MAPA contava com R\$ 10 milhões para subvenção do prêmio do seguro, mas como as

operações só começaram a ser feitas em novembro, foram gastos apenas R\$ 2,3 milhões. É um montante pequeno diante dos prejuízos provocados pela seca. A queda na renda do setor foi da ordem de R\$ 18 bilhões, sendo R\$ 10 bilhões na soja, R\$ 4 bilhões no milho e o restante nas demais atividades. Para 2006, o orçamento previsto para subvenção é de R\$ 45 milhões. **Nos EUA, em 2003, o prêmio arrecadado foi de US\$ 3 bilhões para um valor coberto de US\$ 40 bilhões.**

#### Objetivo

Implementar com urgência instrumentos perenes de garantia de renda e de seguro rural, **como medidas anticíclicas, para dar sustentabilidade para o crescimento e desenvolvimento do agronegócio.**

#### Estratégia

Um passo vital é a tomada de decisão política do governo de participar com parte importante do programa, como nos Estados Unidos e Europa. O sistema exige a existência de elaborada normatização técnica, com fiscais e peritos para monitorar o programa.

Outro caminho indispensável é a construção de um banco nacional de dados para:

- i. definir culturas e riscos cobertos pelo seguro;
- ii. estabelecer critérios para produtos, escala de produção e tamanhos de propriedades;
- iii. precificar coberturas e riscos;
- iv. quantificar as catástrofes em níveis regionais.

É necessária a constituição e regulamentação de um Fundo de Amparo à Catástrofe, como existe em muitos países, que garanta massa de recursos considerável para atender as necessidades da agropecuária brasileira.

A criação de uma agência ou mesmo uma comissão ajudará a impulsionar o sistema. Alterações na legislação terão de ser promovidas.

O envolvimento do sistema privado seguro é importante, com pagamento de parte do prêmio arrecadado em troca de



maior participação no sistema. Outra alternativa para aumentar a capacidade do Fundo são as operações internacionais de resseguro. Como não há catástrofe todo ano, a cada exercício a reserva técnica é aplicada e, portanto, se torna mais robusta.

Para a massificação do sistema a longo prazo, deve se prever a participação obrigatória de todos os produtores. O desenvolvimento de campanhas de esclarecimento ao produtor é fundamental nesse processo.

Como são indutoras de tecnologia, as seguradoras cobrem os produtores que seguem as recomendações técnicas e indenizam os sinistros dos segurados. No conjunto, o custo final de uma operação, que envolve governo, produtores e seguradoras, ganha mais eficácia.

Merece também atenção a concessão de maiores limites de seguro para os armazéns gerais, de modo a viabilizar o uso de *warrants* agropecuários e conhecimento de depósitos agropecuários. De acordo com as normas do IRB o limite de seguro é definido pelo Patrimônio Líquido. Para haver maior flexibilidade nessa exigência, uma alternativa é adotar o critério de performance, com base no registro do valor da mercadoria armazenada.

Enfim, diante da cobertura da produção, por meio de um seguro de produção para proteger a quebra de safra, junto com os mercados futuro e de opções para enfrentar os riscos de preços, **fica fechada a equação: Renda = Quantidade x Preço.**

## Tributação

### *Aproximação dos padrões internacionais*

#### Contexto

A análise da competitividade do agronegócio passa por uma avaliação do impacto da carga tributária (PIS, COFINS, IR, etc.) nas cadeias produtivas. **Levantamento do Instituto Brasileiro de Planejamento Tributário (IBPT) aponta que, de 1998 até 2004, foram editadas cerca de 220 mil**



**normas tributárias no País.** Isso equivale a 55 novas regras por dia útil.

A mudança na sistemática de cobrança do PIS (Programa de Integração Social) e COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social) por meio da Lei nº 10.833 de 2003, que passaram a ser não cumulativos, trouxe interpretações diferentes. Em dois anos houve mais de 150 alterações jurídicas. Em 2002, ambos os tributos participavam com 26,8% da arrecadação federal, e em 2005 ultrapassou os 30%.

Hoje são isentos do PIS-Pasep (Formação do Patrimônio do Servidor Público) e da COFINS alguns insumos e também o arroz, feijão, farinhas de milho e de mandioca, frutas, verduras e ovos.

Existem alguns casos críticos, em produtos sensíveis à competição internacional, como a soja, o carro chefe da produção nacional de grãos. Com a aprovação da Lei Complementar nº 87, conhecida como Lei Kandir, em setembro de 1996, um quadro de distorção foi montado no complexo da oleaginosa.

Com a isenção de ICMS, as exportações em grãos aumentaram em relação ao farelo e ao óleo. No primeiro produto

o Brasil ganhou participação mundial, mas nos outros dois teve perdas. A desoneração dos derivados na cadeia não foi completa.

Os avanços das áreas de produção para o Centro-Oeste aumentaram as distâncias entre as lavouras e as indústrias de moagem, concentradas no Sul e Sudeste. Muitas vezes há necessidade de redirecionar a matéria-prima. O excedente existente em alguns estados vai para as indústrias localizadas em outras unidades federativas, com oferta inferior à demanda instalada.

Face à incidência de 12% na passagem do grão entre os estados, quando da industrialização interna, há perda de competitividade da cadeia nacional no exterior. O foco das corporações passou a ser o embarque de grãos. Como resultado, seus investimentos priorizaram a instalação de grandes unidades moageiras, de alta escala e menor custo de produção, na Argentina.

A logística de produção, industrialização e exportação no complexo soja ficaram completamente inadequadas. A recuperação dos créditos do recolhimento de ICMS é complexa, demorada e sofre deságio. O recolhimento feito no estado

produtor e exportador do grão precisa ser transferido para o estado onde está situada a planta industrial.

Este acúmulo estrutural no crédito de ICMS sangra o capital de giro empregado para gerar mais produção. No Sul e Sudeste as indústrias desativam unidades de processamento. No Centro-Oeste não há estímulos para realizar investimentos. Nesse compasso, o Brasil poderá se tornar importador líquido de óleo e farelo.

Também no Funrural falta um tratamento isonômico ao complexo soja. Na venda direta do grão para exportação não há incidência. Porém, ela ocorre no caso da venda do grão para industrialização, mesmo que seus derivados (farelo e óleo) sejam destinados à exportação.

## Objetivo

Estabelecer uma carga tributária adequada que não onere a segurança alimentar interna e penalize a competitividade externa do agronegócio.

Dotar medidas para ampliar a base de arrecadação e permitir melhor distribuição da carga tributária na sociedade.

## Estratégia

Estender o benefício de isenção do PIS-COFINS para todos os insumos agropecuários e produtos como carnes, trigo e derivados, complexo soja, algodão e derivados, entre outros. Com isso, poderia ser estudada a retirada do crédito fiscal presumido na compra de produtos agropecuários, que é de 60% para produtos animais e de 35% para vegetais.

No âmbito do Mercosul, uma harmonização tributária se faz necessária também no complexo soja, com relação à aplicação da tarifa externa comum. A Argentina pratica uma escalada nas alíquotas favorável à exportação dos derivados, de 20%, enquanto dos grãos é de 23,5%. O Brasil privilegia a exportação de grãos. A persistência desse quadro levará à montagem de plantas na Argentina, supridas por matérias-primas produzidas no Brasil.

**De modo geral, o sistema tributário nacional é complexo e difere dos padrões mundiais. É preciso eliminar a**

cumulatividade, a exemplo da CPMF e de regimes da COFINS e do PIS. No que se refere ao ICMS, o tratamento deve ser isonômico em todo território nacional, com regulamentação única. Grande parte dos países adota o imposto sobre valor agregado (IVA) e este é um bom exemplo a ser seguido.

## Parceria Público Privada (PPP) e Custo Brasil

### *Maior competitividade para as cadeias produtivas*

## Contexto

O crescimento do agronegócio depende diretamente de investimentos em infraestrutura, para melhorar a sua logística e angariar mais competitividade. Os gargalos existentes nos setores de armazenagem, transporte e portos afetam a competitividade do setor.

Para uma safra de 130 milhões de toneladas de grãos, que é a atual capacidade de produção do campo, não há possibilidade de armazenamento e escoamento no período de maior pressão, entre o segundo e terceiro trimestres. **O resultado de uma colheita mais farta acarretará a chamada crise de abundância, com prejuízo certo para o setor e para a economia brasileira.**

O agronegócio embala a produção em diversos outros setores. A indústria ferroviária, impulsionada pela demanda crescente do transporte de cargas, cresceu 66% em 2005. A fabricação de vagões chegou a 7.500 unidades, ante minguiadas seis em 1991. A movimentação das cargas marítimas dos portos teve um crescimento vertiginoso de 44% nos últimos cinco anos.

O Congresso aprovou a Lei nº 11.079, em 30 de dezembro de 2004, que instituiu normas gerais para licitação e contratação de PPP's no âmbito da administração pública. No ano passado, o instrumento não saiu do papel, entre outros motivos, porque as regulamen-

tações necessárias não foram concluídas.

A última delas ocorreu apenas em janeiro último, quando o governo criou o Fundo Garantidor da PPP, formado por ações do Banco do Brasil, da Eletrobrás e da Companhia Vale do Rio Doce, avaliadas em R\$ 3 bilhões e repassáveis à iniciativa privada, caso a União não honre seus compromissos durante a vigência dos contratos.

## Objetivo

As PPP's são fontes de recursos para serem aportados em empreendimentos previamente priorizados do ponto de vista técnico e econômico.

## Estratégia

Um programa agressivo de investimentos voltado para o agronegócio significa mais renda e empregos no futuro. São muitas alternativas de projetos com relação benefício/custo positiva e atrativas taxas de retorno.

Estabelecer um comprometimento para levar adiante uma política prioritária de investimento concentrada na infraestrutura de suporte ao agronegócio. Os entraves federais nos processos têm que ser sumariamente eliminados, para que os projetos sejam iniciados imediatamente.

## Segurança Fundiária

### *Assegurar o direito de propriedade*

## Contexto

Nas recentes décadas, a agropecuária nacional sofreu mudanças significativas. A crise atual na área de grãos não é decorrência de ineficiência produtiva e de subutilização de área. Nos últimos dez anos a produção de grãos e oleaginosas cresceu 50% e a área plantada expandiu em um terço, 11,1 milhões de hectares. De 2001 a 2005, o saldo comercial do setor dobrou. **São números exitosos.**

No último triênio, as estiagens acarretaram perdas da ordem de 35 milhões de



toneladas, quando medidas pela diferença entre produção esperada e realizada. Enquanto os custos de produção inchavam com a subida dos preços do petróleo e do aço, a taxa de câmbio do real frente ao dólar valorizava.

### Objetivo

Manter os índices de produtividade para discriminar as terras passíveis de desapropriação, principalmente nesta fase de ajuste e transição da agropecuária, com sério risco de diminuição de área e de queda no padrão tecnológico.

### Estratégia

O governo deve zelar, em qualquer tempo, pelo cumprimento do estado de direito da propriedade rural. A garantia da paz no campo é um dos pressupostos básicos para atrair recursos para investimentos produtivos e trazer prosperidade para o agronegócio.

O modelo de reforma agrária deve focar a capacidade de produção, a fixação da mão-de-obra e não a distribuição de terras. O objetivo é estimular a emancipação econômica, com geração de renda, empregos e oportunidades. Uma alternativa é a criação de programas de financiamento para a compra de glebas que priorizem o indivíduo com vocação para trabalhar no campo.

A experiência baseada em arrendamento, ocorrida no Triângulo Mineiro, pode ser o embrião para a modernização das políticas fundiárias. Tradicional na pecuária extrativista, a região se transformou num rico pólo produtor de grãos, a partir da união de interesses comuns entre proprietários de terras e mão-de-obra com experiência na lida agropecuária. Um modelo de parceria empresarial.

Quando o assentado paga o direito de uso da terra com o valor da sua produção, os programas de reforma agrária podem dar bons resultados. Neste formato, aplicado com êxito em países do sudeste asiático, o assentado recebe orientação do que produzir, com base em estudos de viabilidade econômica. À

medida que cumpre sua meta de produção, o assentado abate do preço da terra o valor produzido.

## Marketing e Venda de Produtos

### *Parceria do MAPA com a APEX*

#### Contexto

Se o Brasil teve avanço significativo na área mercadológica de seus produtos ligados ao agronegócio, há ainda um longo caminho a ser percorrido. O melhor desempenho é verificado nos setores de frutas e carnes, cujos produtos são expostos e apresentados nas principais feiras e exposições do mundo. O leque de destino das exportações nacionais não mais fica concentrado nos Estados Unidos e União Européia.

Nos Estados Unidos, os trabalhos de exportação de milho e sorgo são desenvolvidos pela U.S. Grain Council, uma agência sem fins lucrativos, cujos fundos advêm de contribuições governamentais e privadas. As principais cadeias produtivas do agribusiness norte-americano possuem agências para promover o acesso de seus produtos aos mercados externos.

### Objetivo

Desenvolver no MAPA a cultura voltada para a promoção das exportações nas cadeias produtivas do agronegócio.

### Estratégia

O desenvolvimento do Programa de Tecnologia Industrial Básica – TIB e a aplicação de certificações aos produtos são mensagens importantes para conquistar mais clientes consumidores. O posicionamento de venda dos produtos deve levar em conta a segmentação de mercado entre convencionais, orgânicos e transgênicos.

**O MAPA deve montar o seu próprio programa externo de marketing e vendas** para, em parceria com a APEX, do Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio – MDIC, desenvolver ações que tragam respostas positivas para alguns produtos estratégicos.

No caso do milho, um produto prioritário na agricultura de grãos e para o complexo carne, por exemplo, a exportação com contratos de entrega a médio prazo daria mais estabilidade à produção e ao preço interno. Já na cadeia produtiva dos orgânicos, cujo consumo cresce nos países mais ricos, colaboraria para organizar, profissionalizar e elevar o valor agregado de seus produtos.

Associado à questão do marketing e venda de produtos aparece o fortalecimento do trabalho da imagem do setor



perante a opinião pública. Mostrar o nível aprimorado de gestão e tecnologia desenvolvido pelo setor, bem como o seu papel crucial para o desenvolvimento do País, é uma necessidade constante. As cadeias produtivas podem melhorar muito a sua comunicação com a sociedade.

## Contratos nas Cadeias Produtivas

### *Uma questão de ética*

#### Contexto

A aplicação dos contratos de compra e venda entre produtores e agroindústria mostra o grau de maturidade e fortalecimento das cadeias produtivas.

O sistema de integração entre as agroindústrias e os criadores de aves e suínos é um modelo de sucesso e em contínua expansão no País, desde os anos setenta.

Já na soja, o modelo fortaleceu o incremento recente da lavoura. Contudo, a falta de seu cumprimento na safra 2003/04, com a mudança no cenário de preços entre os períodos de colheita e plantio, desabonou todo esse processo. Até agora o estrago não foi reparado, pois um rompimento unilateral coloca em xeque a credibilidade e a transparência do sistema.

Na cadeia produtiva da cana-de-açúcar desperta a atenção o Conselho dos Produtores de Cana, Açúcar e Alcool do Estado do São Paulo (Consecana), em vigor desde 1998, como instrumento para balizar o preço pago pela usina ao fornecedor. Um avanço será o estabelecimento de contratos de comercialização de longo prazo entre usinas e distribuidoras de combustíveis, principalmente durante o período crítico da entressafra.

#### Objetivo

Estimular a adoção de contratos como alternativa importante para:

- i. carrear recursos para o setor primário, fora do sistema oficial;
- ii. harmonizar os conflitos de distribuição de renda nas cadeias produtivas.

Disseminar a consciência da necessidade de transparência, credibilidade e cumprimento entre as partes envolvidas, em que o elemento-chave é a ética.

#### Estratégia

Estimular o emprego deste modelo em outros segmentos, como os de citrus e carnes.

A inclusão de cláusula para dirimir conflitos em conselhos arbitrais representa uma facilidade para a solução de controvérsias e é uma evolução, do ponto de vista mercadológico.

## Negociação Internacional

### *Inserção crescente no mercado externo*

#### Contexto

Com a integração dos países em blocos econômicos, a uniformização dos sistemas produtivos no agronegócio e a harmonização do aparato regulatório (normas, regulamentos e avaliação de conformidade), o Brasil passou a participar como signatário de acordos internacionais nas áreas de:

- i. Tarifas e Comércio
- ii. Medidas Sanitárias e Fitossanitárias - SPS

iii. Barreiras Técnicas ao Comércio - TBT

iv. Inspeção Pré-embarque

v. Regras de Origem

vi. Procedimentos para Licenciamento de Exportações

vii. Direito da Propriedade Intelectual Relacionado ao Comércio - TRIPS

viii. Segurança Alimentar

Entre outras tarefas, a agenda passa pelos contenciosos na OMC, como as barreiras tarifárias ligadas ao algodão, açúcar, camarão, e as barreiras não tarifárias nos casos do frango (nitrofurano), polpa cítrica (dioxina) e soja (carboxin). Como esses processos são burocráticos, morosos e caros, há exigência de uma gestão contínua e eficaz.

Há também um conjunto de trabalhos e estudos para apoiar as negociações nas Rodadas da OMC, na formação da ALCA, no âmbito do MERCOSUL, etc.

#### Objetivo

Essa nova ordem de negociação exige maior articulação entre governo, enquanto executor dessas tarefas, e a iniciativa privada, envolvida diretamente nas operações de produção e comercialização dos produtos.

#### Estratégia

Reforçar o papel do governo nas negociações comerciais externas:

- i. Câmara de Comércio Exterior (CAMEX) – continua como órgão de



colegiado de coordenação, em nível ministerial, integrada pela Casa Civil e Ministérios da Fazenda, das Relações Exteriores, da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, do Planejamento, e do Desenvolvimento, Indústria e Comércio. Relacionado ao Comércio – TRIPS;

ii. criação do cargo de Ministro para a Coordenação do Comércio Exterior na CAMEX - importante para dar um ponto focal às decisões;

iii. nomeação de adidos comerciais em países estratégicos do ponto de vista comercial, como a China, a Índia, a Rússia, a União Européia e os Estados Unidos, dentre outros.

O papel do Fórum Permanente de Negociações Agrícolas Internacionais (Abag, CNA e OCB), como o canal legítimo de interlocução do setor com o governo, deve ser fortalecido.

## Normas e Certificações

### Defesa contra as barreiras não-tarifárias

#### Contexto

A natureza das barreiras protecionistas no comércio internacional tende:

- i. à redução de tarifas nas importações, ao *dumping* nas exportações e aos subsídios a crédito e preços;
- ii. a aumentar nas questões sanitárias, ambientais e sociais.

Com isso, a operacionalização do Acordo Sobre Barreiras Técnicas (TBT), na OMC, da qual o Brasil é também signatário, ganha relevância. Es se processo incorpora na cadeia produtiva a participação da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT (normalização), do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade - INMETRO (medição) e das entidades credenciadas (conformidade às normas).

Já há algum tempo, como garantia da qualidade dos produtos agropecuários, os países desenvolvidos exigem de seus fornecedores:

- i. a adoção do Sistema de Análise de Riscos e Controle de Pontos Críticos ao longo das cadeias produtivas (*HACCP – Hazard Analysis and Critical Control Point*);
- ii. a ampliação das exigências do Padrão de Identidade e Qualidade dos Produtos de Origem Animal e Vegetal (Programa de Produção Integrada - PI e Sistema Brasileiro de Identificação e Certificação de Origem Bovina e Bubalina - SISBOV).

#### Objetivo

Incorporar formalmente às discussões de comércio a abordagem de *normalização*, ao invés de *regulamentação* pública tradicional.

Estabelecer critérios de equivalência entre processos de avaliação da conformidade, de maneira que as *certificações nacionais* possam ser reconhecidas em operações de comércio internacional.

Evitar gastos de recursos e tempo com base em referências apenas dos países importadores (*European Retailer Produce Working Group - EUREP e Good Agriculture Practices - GAP*).

#### Estratégia

Implementar o Programa de Tecnologia Industrial Básica (TIB) e os Serviços Tecnológicos para a Inovação e Competitividade. A coordenação é do Ministério de Ciência e Tecnologia. O objetivo é ampliar e se beneficiar da infra-estrutura oferecida pelos institutos de pesquisa e tecnologia do País.

Como as suas funções tecnológicas (\*) se confundem com as próprias barreiras técnicas de comércio dos acordos e regras na OMC, a TIB é um instrumento formal para o Brasil mostrar o seu conhecimento e capacitação no agronegócio.

A Abag, com recursos da FINEP, por meio do projeto aprovado pelo Fundo Setorial do Agronegócio, do Ministério de Ciência e Tecnologia, em parceria com diversas instituições de pesquisa, desenvolve o Qualiagro. O trabalho visa reunir informações para montar o marco insti-

tucional sobre as normas e certificações afetas ao agronegócio brasileiro.

(\*) metrologia, normalização, avaliação de conformidade, propriedade intelectual, informação tecnológica e tecnologias de gestão.

## Sustentabilidade

### Garantia de continuidade e fortalecimento da imagem interna e externa

#### Contexto

O discurso da sustentabilidade sensibiliza a opinião pública, principalmente a partir da declaração da Comissão Brundtland, de 1990, aprovada na Rio 92, de que “atender às necessidades das presentes gerações sem comprometer a capacidade das futuras gerações em atender às suas próprias necessidades”.

Emanados do chamado *Triple Bottom Line*, a sustentabilidade leva em conta as variáveis ambiental, social e econômica das cadeias produtivas. É uma ferramenta de redução de riscos e agregação de valor sob a ótica das empresas e processos relativos aos agronegócios.

Relatórios de sustentabilidade já foram adotados por importantes empresas e instituições brasileiras. Aprimorar o país na premente questão corresponde a analisar um de seus mais importantes marcos regulatórios, que é a legislação ambiental.

Externamente o tema ganha destaque, afeta a imagem do agronegócio nacional e já serve como barreira protecionista ao comércio internacional.

O Código Florestal Brasileiro, concebido pela Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965, sofreu alterações em 1989 e vem sendo regido pela MP 2.166, desde 2000.

Além das áreas de preservação permanente (APP), a legislação estabeleceu a obrigatoriedade de preservação de porcentagens fixas de áreas no interior das propriedades, a título de reserva legal – RL, que variam de 80% na região de floresta da Amazônia Legal, 35% na área



de transição de cerrado da Amazônia Legal e 20% das demais regiões.

Quando a legislação foi baixada, a ocupação agropecuária de várias regiões já havia sido realizada. O seu conteúdo impõe parâmetros meramente aritméticos e carece de base técnica quanto às peculiaridades e complexidades de cada ecossistema, de cada região, além de ferir princípios legais como o direito adquirido, a irretroatividade das leis, entre outros. A Constituição Federal reza que o ônus da preservação ambiental não recairá apenas sobre o produtor rural mas também à sociedade.

### Objetivo

Fazer uma adequação do marco regulatório (ex: Código Florestal, Lei das Águas) e das competências internas às exigências internacionais, quando em consenso.

### Estratégia

Implantar o Zoneamento Ecológico Econômico para definição das áreas de ocupação, exploração, preservação e recomposição

em cada unidade agroecológica. O assunto merece um tratamento de emergência, pois a observação estreita das inconsistências estabelecidas na atual legislação ambiental brasileira pode levar à paralisação do setor primário nacional. A solução desse problema envolve análises técnicas e científicas que se traduzam em ganhos efetivos ao meio ambiente e à biodiversidade.

No caso da região amazônica cabe uma atenção especial, pois é foco de especulação internacional e argumento para constituição de barreiras comerciais não tarifárias.

O apoio para estabelecimento de um índice de sustentabilidade – IS que permita a validação das tecnologias adotadas no uso das terras e na produção agropecuária. A iniciativa está sendo desenvolvida pela Embrapa junto com o MAPA, em parceria com outras entidades, entre as quais a Abag.

Essas iniciativas contribuirão substancialmente para que a imagem do agronegócio brasileiro seja associada a princípios, padrões e critérios de sustentabilidade internacionalmente aceitos.

## Defesa Sanitária

### Agilidade e eficácia

#### Contexto

A inserção crescente do agronegócio brasileiro no comércio internacional desenha uma linha de convivência com as pandemias de natureza vegetal e animal. São os casos da vaca louca, gripe aviária, febre aftosa, bicudo do algodoeiro, vassoura de bruxa no cacau, ferrugem da soja, que discriminam países e continentes, em termos de acesso a mercados e preços, dentre outros.

O aparecimento de epidemias inéditas e exóticas em muitas regiões é um risco incontrolável. O ressurgimento da febre aftosa em Mato Grosso do Sul, no início de outubro de 2005, e logo depois no Paraná, deixa cada vez mais clara a necessidade de ações entre o MAPA, órgãos estaduais e municipais, junto com a iniciativa privada, nas questões vinculadas às áreas sanitárias.

As dificuldades são:

- i. acesso insuficiente à “*expertise*” científica e técnica;
- ii. métodos de produção e comercialização domésticas frente ao AMSF;
- iii. acesso a recursos financeiros;
- iv. período curto para adequação às normas;
- v. estrutura administrativa do país para atender ao AMSF;
- vi. pouco conhecimento quanto às exigências do AMSF entre órgãos oficiais e na produção e industrialização de alimentos.

#### Objetivo

Cumprir o Acordo de Medidas Sanitárias e Fitossanitárias (AMSF ou SPS – *Sanitary and Phytosanitary*), da OMC, do qual o Brasil é signatário, com a aplicação dos conceitos de:

- i. **harmonização:** medidas divergentes aumentam os custos de comércio. Exemplo: dificuldade de harmonizar regras com os EUA e UE;



ii. **equivalência:** comercialização e controles aduaneiros mínimos.

Exemplo: implantação do sistema para registro de produtos genéricos;

iii. **regionalização:** reconhecimento de zonas com diferentes *status*.

Exemplo: febre aftosa na bovinocultura no Brasil.

## Estratégia

Montar uma Agência Sanitária, com participação multiministerial e de agentes privados, que tenha contrato de gestão operacional de longo prazo com o governo, para:

- i. registro e alteração de produto;
- ii. licença de estabelecimento produtor e importador;
- iii. ações de prevenção, controle e erradicação de pragas e doenças;
- iv. reconhecimento e manutenção de áreas livres de pragas e doenças;
- v. acompanhamento e adequação às questões sanitárias;
- vi. montagem e gestão da infraestrutura (laboratórios e recursos humanos);
- vii. minimização dos riscos de introdução de pragas e doenças;
- viii. ações voltadas à educação em defesa agropecuária;
- ix. segurança sanitária nos trânsitos nacional e internacional de produtos agropecuários;
- x. apoio à interlocução do governo com as instituições científicas internacionais que dão suporte ao AMSF (*Codex Alimentarius*, *International Plant Protection Convention* - IPPC e *Office International des Epizooties* - OIE) e a FAO.

A Agência Sanitária pode ser uma autarquia, com mandato fixo para seus diretores, autonomia financeira e independência decisória. O orçamento do MAPA para a defesa sanitária em 2005, da ordem de US\$ 30 milhões, correspondeu a apenas 0,3% da receita nacional obtida com a exportação de carnes, sem contar os embarques de grãos e frutas.

## Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (PD&I)

### Acompanhar a evolução do mundo

## Contexto

A área de pesquisa e desenvolvimento é crucial porque dela depende a obtenção de resultados futuros. O manejo das terras do cerrado central, o plantio direto e a integração lavoura e pastagem, são casos louváveis de inovações de processos na agropecuária. Trabalhos notórios desenvolvidos por instituições nacionais como a Embrapa, Institutos Agrônômicos de Campinas e Londrina, centros de excelência nas Universidades, dentre outros.

Enquanto o Brasil aplica apenas 1% do seu PIB em pesquisa, nações mais desenvolvidas chegam a 3%. Aqui os fundos utilizados são basicamente governamentais, com participação muito pequena da área privada.

Produtos como sementes, fertilizantes e defensivos tiveram alterações radicais na sua composição e formulação ao longo do tempo. O avanço tecnológico trouxe ganhos de produtividade que mantiveram a produção crescente e atenderam à demanda, cada vez maior, por alimentos, energia e fibras.

Nos últimos anos, a falta de definição sobre o uso e aplicação de organismos geneticamente modificados atrasou a pesquisa nacional. As decisões da Comissão Nacional de Biossegurança, com seu colégio integrado por profissionais de notório saber, precisam ser acatadas e respeitadas pela sociedade.

O Programa de Modernização da Frota de Tratores Agrícolas e Implementos Associados a Colheiteiras (Moderfrota), lançado em março de 2000, é modelo da aplicação de uma boa política pública. A medida estimulou a demanda e, diante do potencial do mercado nacional, grandes corporações mundiais montaram suas próprias plataformas de pesquisa e produ-

ção no País. Hoje, o Brasil é um dos principais exportadores de máquinas agrícolas.

Desde 2004, o processo de renovação da frota sucateada, com a reposição de máquinas, está estancado. Face aos problemas climáticos, a valorização do real e os preços desfavoráveis, a agricultura de grãos encontra dificuldades para honrar seus compromissos financeiros e assumir novos investimentos na mecanização. Para 2006, a situação não apresenta perspectiva de melhora.

O aparecimento da ferrugem da soja no Brasil aconteceu na safra 2002/03. Por tratar-se de uma doença fúngica agressiva, que se não for controlada pode provocar reduções de até 80% na produtividade das lavouras, trouxe muita preocupação para os produtores. Com investimentos em pesquisa e *know-how*, a indústria de produtos fitossanitários deu pronta resposta a este problema. Hoje há cerca de 30 produtos registrados e à disposição dos agricultores para o controle da doença.

## Objetivo

A constituição de marcos legais, tais como a Lei de Proteção dos Cultivares (Lei nº 9.456, de 25 de abril de 1997), Lei de Sementes (Lei nº 10.711, de 05 de agosto de 2003) e a Lei de Biossegurança (Lei nº 11.105, de 24 de março de 2005, que revogou a Lei nº 8.974, de 05 de janeiro de 1995), deve acompanhar o progresso científico e os novos anseios da sociedade. A politização e a ideologia em questões de caráter eminentemente científico empobrecem o debate e colocam o Brasil em desvantagem perante outros países.

A regulamentação da Lei de Inovação (Lei nº 10.973, de 02 de dezembro de 2004) abre alternativas criativas para a montagem de parcerias entre entidades privadas e governamentais, conforme reza o artigo 5º “fica a União e as de suas entidades autorizada a participar minoritariamente do capital da empresa privada de propósito específico que vise ao desenvolvimento de projetos científicos ou tecnológicos para a obtenção de produto ou processo inovadores”.



## Estratégia

A aplicação de modelos para valorar o capital intelectual nas negociações, tais como consórcios públicos privados, sociedades de propósito específico e incentivo fiscais para formação de parques tecnológicos, dentre outros. No caso específico da bioenergia, face sua crescente importância, a montagem de estratégia dessa natureza é convidativa e gerará resultados em PD&I.

A Embrapa desenvolve trabalhos relevantes com empresas em diversas áreas. Outro formato constitui a contribuição de agentes ligados às próprias cadeias produtivas, como nos casos do Fundo de Desenvolvimento da Citricultura – Fundecitrus e do Centro de Tecnologia Canavieira – CTC. A criação de mecanismos no sentido de estimular esses tipos de ações melhora a eficácia dos resultados das pesquisas.

O governo deve combater a invasão de produtos clandestinos estrangeiros. Sem controle de origem e de qualidade e a baixos preços, representam uma ameaça para a indústria nacional de insumos, a mais avançada da América Latina em termos de tamanho, investimentos e tecnologia.

## Agroenergia

### Matriz energética baseada em fonte renovável

#### Contexto

Passados cerca de trinta anos, o Programa Nacional do Alcool deixa registros preciosos a respeito de uma iniciativa de

espírito empresarial, nos mais variados sentidos. A produção de álcool modernizou um setor arcaico e tradicional. O Consecana mudou as relações dos fornecedores com os industriais, pois o pagamento da matéria-prima passou a ser em função dos preços dos produtos finais. As montadoras desenvolveram modelos de veículos *flex fuel*, que hoje representam 75% das vendas totais.

A indústria do açúcar ganhou força com a produção do álcool. A taxa de ociosidade das unidades processadoras, ao longo dos anos, caiu de 50% para 25%. Os ganhos de escala e os menores custos de produção deram à cadeia um ganho de produtividade sem precedentes.

A recente vitória na OMC no contencioso contra o regime açucareiro da União Européia, e mais a demanda crescente de álcool em função da escalada do preço do petróleo, trouxeram dias dourados à cadeia sucroalcooleira. Na competição global, como bons projetos atraem recursos, investimentos abundam para produção e transformação da cana.

#### Objetivo

A busca de matriz energética baseada em fontes renováveis coloca em destaque a agroenergia, cuja relação com a agricultura de alimentos e fibras é de simbiose, pois fortalece a renda e gera emprego no campo e nas comunidades do interior do país.

Na área da geração de energia a partir da biomassa, a história brasileira na fabricação e uso do álcool combustível representa um dos casos mais bem sucedidos em nível mundial.

## Estratégia

Fortalecer o Programa Nacional de Produção e Uso de Biodiesel, aprovado pela Lei nº 11.097, de 13 de janeiro de 2005, que surgiu cercado de projeções promissoras. O consumo anual de gasolina no Brasil é de 30 bilhões de litros, o de diesel é de 36 bilhões de litros, dos quais 17% são importados.

Para suprir a demanda interna, em litros de biodiesel, o Brasil deverá produzir anualmente, no mínimo:

- i. 800 milhões, na mistura de 2% com diesel (B2), a partir de 2008, com a implantação de 1,2 milhões de hectares de oleaginosas;
- ii. 2,4 bilhões, na mistura de 5% com diesel (B5), a partir de 2013, com a implantação de 3,0 milhões de hectares de oleaginosas.

No ponto extremo, se o biodiesel substituir 100% o diesel (B100), haverá necessidade de implantar mais 58,0 milhões de hectares de oleaginosas (dendê na região Norte, mamona no Nordeste e soja no Centro-Sul). A área ocupada com cereais e oleaginosas na safra 2005/06 foi de 46 milhões de hectares.

No que tange ao etanol, as perspectivas são mais concretas e otimistas. Levantamentos da FAO indicam que, se toda a gasolina consumida no mundo recebesse uma mistura de 10% de etanol (E10), seriam necessários 29 milhões de hectares adicionais para o plantio de cana-de-açúcar. Os impactos seriam extremamente positivos interna e externamente. Atualmente o mundo cultiva 24 milhões de hectares com cana-de-açúcar, sendo 5,5 milhões no Brasil.

Na parte de regulação, há aspectos estratégicos para serem trabalhados e implantados. Os principais pontos dizem respeito à montagem de estoques com a participação dos elos das cadeias produtivas, da produção à distribuição. Delinear o papel e o apoio a ser desenvolvido pelo governo será vital, pois envolve a administração de preços e o abastecimento de produtos sensíveis para o consumidor.

A continuidade na geração de energia é um dos maiores problemas do planeta.



O Brasil goza de oportunidades no desenvolvimento da bioenergia, pois conta com *know-how* para gerar e processar biomassa, além de dispor de veículos e soluções flexíveis. Enfim, um enorme potencial econômico a clamar pelo senso de urgência.

## Montagem Institucional

### *Racionalidade e modernização*

#### Contexto

A tendência crescente na relação externa do agronegócio brasileiro deve ganhar mais força nos próximos anos, à medida que suas exportações evoluírem. O cumprimento de uma série de acordos assinados pelo Brasil na OMC, bem como junto a outros fóruns internacionais, faz parte de um intrincado jogo de inserção comercial. A posição nacional deve ser de uniformidade e coerência.

A concepção da atual Lei Agrícola nº 8.171, aprovada em 17 de janeiro de 1991, foi feita sob os pressupostos de uma economia fechada e apoiada por uma profusão de recursos públicos. A orientação era voltada à expansão da produção, sob qualquer custo. Não trata da visão da cadeia produtiva e da detecção de seus gargalos para um crescimento setorial mais sustentável a médio e longo prazos.

Para tratar do agronegócio, o papel soberano e único deve caber ao MAPA, assim como acontece nos demais países. Não faz sentido, seja do ponto de vista econômico ou administrativo, o estabelecimento de estruturas e organizações paralelas, com orientações conflitantes nas questões associadas ao meio ambiente, biossegurança e posse e uso da terra, dentre outros. Muitos assuntos vitais são politizados e tratados com ideologia, contra os reais interesses nacionais.

Em alguns casos, fica a impressão de dupla governança e falta de consenso. Se isso é negativo do lado interno, quando o tema deriva para o lado externo, a



imagem fica ainda mais comprometida. O recente episódio do Protocolo de Cartagena, com relação à movimentação transfronteiriça de Organismos Vivos Modificados, tira a força do Brasil nas negociações internacionais.

A falta de entendimento entre os representantes das áreas responsáveis pelo meio ambiente, saúde, produção e tecnologia emperra o agronegócio nacional e acarreta custos para as empresas. A Lei de Biossegurança, aprovada em 1995, e copiada por muitos países pela sua qualidade, deixou de vigorar em 1998, por força de liminares concedidas às ONG's. A nova lei sancionada pela Presidência, em março de 2005, praticamente reprisa o texto aprovado em 1995, mas impinge mais burocracia. Uma perda de tempo irreparável para o agronegócio brasileiro.

#### Objetivo

Dispor o País de um marco regulatório adequado para uma:

- i. economia aberta;
- ii. menor dependência de recursos públicos;
- iii. orientação voltada para o abastecimento e o mercado;
- iv. visão de cadeia produtiva e a detecção de seus gargalos.

#### Estratégia

Revisão e atualização da Lei Agrícola nº 8.171, com definição de:

- i. objetivos e competências institucionais (ex: Câmaras Setoriais e Temáticas do Consagro/CNPA);
- ii. dotação dos recursos;
- iii. estabelecimento de ações e instrumentos de política agrícola.

É imperioso também que as atribuições hoje submetidas ao Ministério de Desenvolvimento Agrário, à Secretaria Especial da Pesca e às áreas de florestas econômicas alocadas no Ministério do Meio Ambiente sejam concentradas no Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento. As questões pertinentes à reforma agrária devem ficar subordinadas diretamente à Presidência da República.

Modernizar a administração passa pela criação de agências em áreas de marketing e vendas de produtos, da defesa sanitária, e da pesquisa, desenvolvimento e inovação. Os resultados das agências criadas após a Lei de Modernização dos Portos, em 1993, e da lei de Privatização da Rede Ferroviária Federal, em 1996, apareceram após um período de descompasso e desacerto. Também para o agronegócio o importante é construir uma montagem institucional com maior participação privada, e os olhos no futuro. ■